

ADRIANA CRISTINA LEAL

**REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PARANÁ: BREVE RELATO HISTÓRICO E ANÁLISE DE AUTORIA**

**Monografia apresentada à disciplina de
Pesquisa em Informação II como
requisito parcial à conclusão do Curso
de Gestão da Informação, Setor de
Ciências Sociais Aplicadas,
Universidade Federal do Paraná.**

**Orientadora: Prof.^a Suely Ferreira da
Silva**

CURITIBA

2003

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS E QUADROS	iii
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	iv
RESUMO	v
1 INTRODUÇÃO	1
2 PROBLEMA	4
3 OBJETIVOS	5
3.1 GERAL.....	5
3.2 ESPECÍFICOS.....	5
4 JUSTIFICATIVA	6
5 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA	7
5.1 A PESQUISA.....	7
5.2 O MATERIAL.....	8
5.3 O PROCEDIMENTO.....	10
6 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
6.1 DIREITO NO BRASIL E NO PARANÁ.....	12
6.2 PERIÓDICO CIENTÍFICO.....	16
6.2.1 Histórico.....	16
6.2.2 Funções.....	19
6.2.3 Avaliação.....	21
6.2.4 Análise de Autoria.....	25
7 ANÁLISE DOS DADOS	28
7.1 HISTÓRICO DA REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFPR.....	28
7.2 A AUTORIA.....	32
7.3 NÚMERO DE ARTIGOS POR INSTITUIÇÃO.....	34
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS	39
ANEXOS	42

LISTA DE TABELAS E QUADROS

QUADRO 1 - FASCÍCULOS ANALISADOS/PUBLICADOS NA REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFPR (1953-2001).....	9
TABELA 1 - NÚMERO DE AUTORES POR INSTITUIÇÃO DE ENSINO (1953-2001).....	32
TABELA 2 - PRODUÇÃO CIENTÍFICA POR TIPO DE AUTORIA (1953-2001).....	33
TABELA 3 - NÚMERO DE ARTIGOS POR INSTITUIÇÃO DE ENSINO (1953-2001).....	34

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES – Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEJUR – Centro de Estudos Jurídicos
FAED – Faculdade Educacional Dois Vizinhos
FUMEC – Faculdade Mineira de Educação e Cultura
ITAL – Instituto de Tecnologia de Alimentos
IUP – Imprensa da Universidade do Paraná
NUPESUL – Núcleo de Pesquisa em Direito Público do Mercosul
PUCPR – Pontifícia Universidade Católica do Paraná
SCIELO – *Scientific Electronic Library Online*
UCP – Universidade Católica de Petrópolis
UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFC – Universidade Federal do Ceará
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UNB – Universidade de Brasília
UNG – Universidade de Guarulhos
USP – Universidade de São Paulo

RESUMO

Analisa a Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, editada no período de 1953 a 2001. Descreve, utilizando a pesquisa documental, a trajetória do periódico desde sua fundação até os dias atuais permitindo assim conferir sua evolução. Com os trinta e seis fascículos analisados foram identificados a origem dos autores/colaboradores e o tipo de autoria (única ou múltipla). Nos documentos verificou-se um alto percentual de colaboradores nacionais e registrou-se uma presença maciça de autoria única, com autores em grande maioria do Setor de Ciências Jurídicas da UFPR.

Palavras-chave: autores; periódico científico; produção científica; Revista da Faculdade de Direito da UFPR.

1 INTRODUÇÃO

Considerando-se a produção científica como todo conhecimento gerado por cientistas, pesquisadores, professores e estudiosos, resultado do trabalho intelectual divulgado sob a forma de livros, teses, dissertações, artigos de periódicos e outras fontes de informação, é evidente a preocupação atual dos profissionais pela qualidade da informação científica, sejam eles autores, editores, publicadores e principalmente pesquisadores.

Segundo Lourenço (1997, p. 25) “produção científica é toda produção documental, independente do suporte desta – papel, ou meio magnético – sobre um determinado assunto de interesse da comunidade científica específica, que contribua para o desenvolvimento da ciência e para a abertura de novos horizontes de pesquisa”. Camargo (1997, p. 236) define o termo produção científica como “produção bibliográfica, referindo-se a um conjunto de documentos escritos que comunica o resultado do trabalho científico, garante a propriedade intelectual e o reconhecimento entre os pares”.

A necessidade de avaliação da produção científica vem da preocupação atual dos profissionais que se interessam pela qualidade da informação científica, o que se deve ao fato de haver diversas críticas quanto a publicação de revistas de baixa qualidade.

Segundo Ferreira Neto (2002, p. 2) dentro do processo de comunicação da ciência, a avaliação apresenta duas funções: serve como filtro de qualidade, selecionando as contribuições originais e relevantes para a área; serve aos próprios pesquisadores, ao fornecer o retorno de seus trabalhos, permitindo-lhes rever, aperfeiçoar ou prosseguir em suas pesquisas. Este processo garante a continuidade da publicação enriquecendo a ciência.

Para a produção científica os periódicos são considerados fontes significativas quanto à divulgação de informação. Albagli (1995) considera o periódico científico como:

Instrumento de registro e de disseminação de conhecimento; veículo de prestígio e de reconhecimento acadêmico-profissional; meio de validação e de controle de qualidade da produção técnico-científica. Estruturado por meio do processo de julgamento entre pares (prática editorial iniciada em fins do século XVII pela Royal Society de Londres), o periódico científico tem atuado, ao longo da história, como um verdadeiro espelho da ciência.

Partindo da observação de que a produção de periódicos científicos é de interesse de qualquer área do conhecimento e observada sua principal função como divulgar os resultados de pesquisa, tornou-se instigante o estudo da revista em questão, caracterizado pelo resgate da memória, para divulgar os fatos importantes ocorridos e as características relativas ao tempo de sua publicação.

Portanto, este projeto almejou analisar a Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR), editada periodicamente desde 1953 e que dispõe de artigos com assuntos pertinentes à área de Direito.

A Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná é um dos periódicos que compõem o acervo da área jurídica da UFPR. Por se tratar de um instrumento da comunicação científica de prestígio, é certa a necessidade de resgate de sua memória através da análise das mudanças no processo evolutivo, seu papel e sua função, visando delinear sua trajetória.

O corpus analisado foi constituído de 36 fascículos disponíveis na Biblioteca Setorial de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná.

O relato aqui apresentado resulta da estrutura de discurso científico convencional, começando pela identificação do tema, apresentação dos objetivos e das justificativas do estudo proposto, prossegue descrevendo a trajetória metodológica, o embasamento teórico, os dados obtidos e sua análise, para posteriormente apresentar as considerações finais cabíveis.

Os quatro primeiros capítulos incluem um breve panorama sobre produção científica e sua importância para instituições de ensino superior, atendo-se a publicação periódica como um dos principais canais da comunicação científica. Apresentam as justificativas e objetivos da realização dessa pesquisa e a importância de registrar a trajetória da Revista da Faculdade de Direito da UFPR.

O capítulo cinco, intitulado Trajetória Metodológica, é dedicado aos passos seguidos para que fossem alcançados os objetivos propostos e subdividiu-se em A Pesquisa, O Material e O Procedimento.

O sexto capítulo foi reservado para a Fundamentação Teórica, dedicado a contextualizar historicamente o desenvolvimento do Direito no Estado do Paraná através da fundação da Faculdade de Direito da UFPR. Discorre sobre o periódico científico, sua origem e funções como disseminador do conhecimento e os critérios utilizados para avaliá-lo.

O capítulo sete apresenta o resultado da pesquisa que decorreu na elaboração do histórico da revista em questão. Na seqüência são apresentados os dados relativos à autoria interna e externa; única e múltipla; número de autores e artigos por instituição de ensino.

O capítulo oito é destinado as Considerações Finais, que expõe a síntese do trabalho e as recomendações cabíveis. Finalmente as referências e os anexos são apresentados.

2 PROBLEMA

O periódico científico além de divulgar os resultados de pesquisa tem como função “a comunicação formal dos resultados de pesquisa junto à comunidade científica e demais interessados; preservação do conhecimento registrado (garantem o acesso ao conhecimento); estabelecimento da propriedade intelectual (o autor requer a prioridade na descoberta científica); sustentação do padrão de qualidade na ciência (aprovação da comunidade científica)” (MUELLER, 2000, p. 75).

Reunir dados e informações que permitissem compor o histórico da Revista da Faculdade de Direito da UFPR, através do resgate de sua memória foi passo inicial para conhecer parte da produção científica, vista sua importância como disseminadora do conhecimento na referida área do conhecimento.

Sendo assim, a problemática deste estudo está sintetizada nas questões abaixo relacionadas.

Quais são as características da Revista da Faculdade de Direito da UFPR como veículo de disseminação da produção científica na área jurídica? Como se comporta a revista em relação à periodicidade e conselho editorial? Qual a origem dos autores/colaboradores quanto à instituição a que estavam filiados? Que tipo de autoria (única e/ou múltipla) foi encontrado na revista?

3 OBJETIVOS

Este capítulo é destinado a apresentação dos objetivos que nortearam o desenvolvimento desta investigação.

3.1 GERAL

Identificar e registrar o desenvolvimento histórico da Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná.

3.2 ESPECÍFICOS

- Recuperar, com apoio de pesquisa documental, a trajetória da Revista da Faculdade de Direito da UFPR, desde sua fundação até os dias atuais.
- Identificar a origem dos autores/colaboradores da Revista da Faculdade de Direito da UFPR, a fim de verificar se a mesma tem abrangência nacional.
- Analisar o tipo de autoria (única e múltipla) dos trabalhos publicados no periódico.

4 JUSTIFICATIVA

Este trabalho se justifica pelo fato do periódico em questão não ter sido ainda objeto de estudo científico. A ausência de estudos desta natureza, cujo enfoque seja a Universidade Federal do Paraná, justifica uma análise do histórico da produção científica da Revista da Faculdade de Direito da UFPR, visando principalmente levantar suas características como veículo de disseminação; identificar sua contribuição na respectiva área do conhecimento e sua participação na produção científica na Universidade.

É importante registrar a memória das revistas juntamente com as mudanças ocorridas durante seu período de publicação, pois este estudo está associado ao trabalho de investigação histórica e ao papel da comunicação científica. É possível resgatar o processo evolutivo e as funções básicas do periódico científico considerando-o como principal instrumento de comunicação da ciência (SOUZA, 2002). Além disso, é fundamental analisar as questões referentes à autoria dos artigos, visto a importância deste quesito quanto à indexação de periódicos em grandes e importantes bases de dados.

O interesse em colaborar com a linha de pesquisa sobre Produção Científica foi fator essencial para o desenvolvimento do trabalho. Considerando-se que a Produção Científica é a forma pela qual a Universidade se faz presente no saber científico, houve empenho em realizar um estudo que contribuísse com esta linha de pesquisa diante da averiguação do aumento da produção de trabalhos científicos nas universidades.

5 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

“Método é o caminho a ser percorrido para alcançar um fim e para o pesquisador, o desafio é percorrer esse caminho com o máximo de concentração de esforços e o mínimo consumo de tempo” (SILVA, 2001, p. 41).

5.1 A PESQUISA

Os procedimentos utilizados para a realização desta pesquisa seguem as fases de identificação do tema estudado, levantamento bibliográfico, reunião sistemática do material contido em livros, revistas, entre outros, coleta dos dados da Revista da Faculdade de Direito da UFPR - objeto de estudo -, análise e interpretação dos dados coletados na revista e redação da pesquisa.

A idéia de contribuir com a linha de pesquisa sobre Produção Científica foi fator essencial para o desenvolvimento do trabalho. Considerando que a Produção Científica é a forma pela qual a universidade ou instituição de pesquisa se faz presente no saber científico houve o interesse em realizar um estudo que contribuísse com esta linha de pesquisa a partir da averiguação da crescente produção de trabalhos científicos nas instituições de ensino. Moura (1997, p.11) afirma que “o crescimento da produção científica passa a ser visível nas instituições e já se faz necessário implantar uma metodologia para avaliá-la [...]”.

A busca de referencial teórico que possibilitasse maior conhecimento sobre o objeto de estudo foi fundamental para melhor análise e interpretação dos dados atinentes ao interesse da pesquisa. Segundo Manzo¹, citado por Lakatos e Marconi (1987, p. 45) “a bibliografia pertinente oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas ainda não se cristalizaram suficientemente”.

A pesquisa teve caráter de Investigação documental, servindo-se de fontes secundárias, ou seja, fontes de dados coletados por outras pessoas constituindo-se

¹ MANZO, A. J. *Manual para la preparación de monografías: una guía para apresentar informes y tesis*. Buenos Aires: Humanitas, 1971.

de material já elaborado, um periódico científico que até então não foi objeto de estudo. Segundo Gil (1996, p. 51) “[...] a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”.

O objetivo central foi registrar a trajetória da Revista de Faculdade de Direito da UFPR através de pesquisa documental, e para melhor compreender as fases deste trabalho é preciso explicitar a coleção estudada e a forma como os dados foram obtidos.

5.2 O MATERIAL

A Revista da Faculdade de Direito da UFPR é um periódico científico especializado em Direito e teve seu início em 1953 com o número um, volume um, sendo sua periodicidade inicial anual, com estrutura de três sessões principais: Doutrina, Galeria de Professores e Autores e Livros. Durante todo período de publicação, até o momento estudado, observou-se irregularidade quanto a sua periodicidade. Na última publicação analisada, 2001, número trinta e seis, volume trinta e três, sua estrutura correspondeu às seguintes sessões:

- Doutrina Nacional – destinada à divulgação de trabalhos nacionais
- Doutrina Estrangeira – destinada à divulgação de trabalhos estrangeiros
- Cadernos de programas de pós-graduação em direito: Mestrado e Doutorado – destinados à divulgação de teses e dissertações defendidas por acadêmicos de Direito da UFPR.
- Núcleo de Pesquisa em Direito Público do Mercosul (NUPESUL) – destinado à divulgação de artigos publicados por membros do NUPESUL e UFPR.

Os fascículos analisados da Revista da Faculdade de Direito da UFPR e seus volumes foram discriminados no Quadro1:

QUADRO 1 – FASCÍCULOS ANALISADOS/PUBLICADOS NA REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFPR (1953-2001)

Volume	Ano	Número	N. de Artigos
1	1953	1	14
2	1954	2	20
3	1955	3	16
4	1956	4	19
5	1957	5	18
6/7	1958/59	6/7	27
8	1960	8	21
9	1961/63	9	22
10	1964/67	10	20
11	1968	11	17
12	1969	12	17
13	1970	13	13
14	1971	14	08
15	1972	15	18
16	1973	16	03
17	1974/75	17	11
18	1976/77	18	07
19	1978/79/80	19	18
20	1981/82	20	09
21	1983/84	21	10
22	1985	22	17
23	1986	23	12
24	1987/88	24	11
25	1989	25	11
26	1990/91	26	03
27	1992/93	27	10
28	1994/95	28	17
29	1996	29	15
30	1998	30	22
31	1999	31	10
31	1999	32	15
32	2000	33	21

conclusão

QUADRO 1 – FASCÍCULOS ANALISADOS/PUBLICADOS NA REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFPR (1953-2001)

Volume	Ano	Número	N. de Artigos
32	2000	34	15
33	2001	35	19
33	2001	36	27
TOTAL			533

FONTE: Pesquisa realizada pela autora, 2003.

NOTA: Com os dados expressos no Quadro 1 foi determinada a média de artigos publicados por fascículo pela revista (n. de artigos/ n. de fascículos) que equivale a 14,8 artigos.

A publicação possui um conselho editorial formado por professores da Instituição, bem como de outras instituições congêneres.

Apresentou durante a edição de seus volumes artigos e trabalhos não somente em português, mas em inglês e espanhol e as seguintes sessões: Doutrina, Galeria dos Professores, Autores e Livros, Crônicas Universitárias, Bibliografias, Noticiários, Relatórios, Expediente Administrativo, Cadernos de Programas de Pós-graduação em Direito: Mestrado e Doutorado, Resumos de Dissertações e Núcleo de Pesquisa em Direito Público do Mercosul (NUPESUL).

Destina-se atualmente a todos os profissionais da área de informação jurídica, bem como professores e profissionais de outras áreas de domínio conexo.

Toda a coleção disponível do periódico, de 1953 a 2001, totalizando trinta e seis fascículos, com trinta e três volumes, foi analisada até a data limite desta pesquisa, visto que em alguns momentos um mesmo volume da revista publicou dois fascículos.

5.3 O PROCEDIMENTO

Obtiveram-se os dados, relativos ao histórico da revista, através da leitura e análise da capa, apresentação, verso da folha de rosto e primeira página de cada artigo dos diferentes fascículos da revista, a fim de identificar os dados que possibilitassem registrar a trajetória do periódico e responder aos objetivos da investigação proposta.

A identificação dos autores/colaboradores da revista almejou verificar a abrangência do periódico através do levantamento das instituições a que os autores encontraram-se filiados. Os campos escolhidos para a coleta de dados para este trabalho foram: nome de todos os autores, suas respectivas filiações (instituições a que pertencem ou pertenceram), período que contribuíram para a revista (ano) e número de trabalhos publicados.

Para identificar as características referentes à autoria (única ou múltipla) foram analisados todos os fascículos disponíveis até o período delimitado para a pesquisa, utilizando-se inicialmente o sumário e a primeira página de cada artigo. Fez-se uma análise da revista, coletando-se os dados e distribuindo-os entre as categorias: autoria única e múltipla interna (UFPR), autoria única e múltipla externa (outras Instituições de Ensino), autoria única e múltipla de origem institucional não identificada (artigos sem a origem dos autores) e autoria múltipla mista (artigos escritos por colaboradores internos e externos a UFPR).

6 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo o Histórico do Direito é apresentado, enfatizando-se o desenvolvimento jurídico do Estado do Paraná através da fundação da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Tem como fonte principal o livro “Faculdade de Direito” de Márcia Dalledone Siqueira publicado no ano 2000 pela editora da UFPR. Aborda ainda o Periódico Científico, sua origem e funções como disseminador do conhecimento.

6.1 DIREITO NO BRASIL E NO PARANÁ

A Cultura jurídica no Brasil data do século XIX. Os primeiros cursos foram criados em Olinda e São Paulo, amparados pela Lei de 11 de agosto de 1827. O país que antes tinha como principais juristas os portugueses, diplomados em Coimbra, foi aos poucos dando lugar aos profissionais formados nos centros brasileiros.

No início do século XIX a comunidade jurídica atestava desenvolvimento suficiente para se incorporar ao Instituto de Advogados Brasileiros (1842), que realizava debates sobre temas pertinentes na época: Código do Processo Criminal (1844), casamento de não católicos (1848), separação Igreja-Estado (1873), casamento civil (1873), liberdade profissional (1894), reforma do Código Penal (1897).

No meio Urbano houve um crescente prestígio do título de Bacharel em Direito, devido aos cargos que vinham ostentando na Administração Pública desde o início do Império. Os bacharéis ocupavam os cargos de juiz de direito, promotor público, delegado de polícia e postos mais elevados como chefe de polícia das Províncias, desembargadores e ministros do Império.

Modificações para a profissão jurídica aconteceram com a República através de novas políticas de Ensino. A constituição de 1891 reservou à União o monopólio dos cursos secundários e superiores, mas não garantiu política consistente.

Em 1892 Francisco da Rocha Pombo, jornalista paranaense, propôs a criação de uma universidade na capital do Estado. A Lei estadual n.63, de 10 de

dezembro de 1892 estabeleceu a permissão ao jornalista para o estabelecimento de uma universidade compreendendo os cursos de Direito, Letras, Agronomia, Comércio, Agrimensura e Farmácia. Impedimentos legais e o mercado de trabalho limitado não permitiram a continuidade desse projeto.

No início do século XX o processo de descentralização estabelecido pela legislação fez com que o ensino jurídico perdesse a preferência. Em 29 de dezembro de 1900 o Código Eptácio Pessoa (Lei n.746) permitiu ao Poder Executivo prescrever sobre a organização das faculdades, inclusive a de Direito. “Pelo Decreto n. 3890/1901 ficava aprovado o Código dos Institutos Oficiais do Ensino Superior e Secundário, dispondo que as Faculdades de Direito seriam administradas por força do referido código e de regulamentos especiais, no caso da Faculdade de Direito, pelo Decreto n. 3903 de 12 de janeiro de 1901, o qual constituía o ensino jurídico em cinco anos” (SIQUEIRA, 2000, p. 4).

Houve protestos de professores, congregações e alunos devido às medidas estabelecidas pelo Decreto de 1901, como a obrigatoriedade de cinco dias letivos por semana em vez de três, como era antes.

Novas faculdades de Direito foram criadas e em 1911, o então Ministro da Justiça Rivadaira Correa estabeleceu a liberdade e a desoficialização do ensino superior, retirando da união o monopólio desse Ensino (Decreto n. 8659/1911). O Decreto estabeleceu a divisão do curso em 6 anos escolares, com dois períodos letivos.

Surgiram então escolas superiores livres como a Faculdade de Direito Teixeira de Freitas do Rio de Janeiro e o Curso de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade do Paraná em 1912.

Em 19 de dezembro de 1912, junto a um período de crescimento econômico e industrial do Estado do Paraná, a Universidade do Paraná é fundada e idealizada por intelectuais paranaenses. Fernando Moreira, Pamphilo de Assumpção e Vitor Ferreira do Amaral integram a comissão destinada a favorecer a cidade de Curitiba com um estabelecimento de ensino superior. Além desses, outros intelectuais liderados pelo médico Nilo Cairo, tiveram o ideal de Universidade. Unem-se os dois grupos e apoiados pelo governo de Carlos Cavalcanti, trabalharam no final do ano de 1912, conseguindo a 19 de dezembro reunir a primeira Assembléia Universitária de fundação e Instalação da Universidade do Paraná. A fundação da Universidade

visava atender uma considerável demanda de paranaenses que procuravam outros Estados a fim de realizar estudos superiores, bem como àqueles que sem recursos não podiam fazê-lo.

A Instituição não se dividia em faculdades ou escolas. Inicialmente funcionavam os cursos de Ciências Jurídicas e Sociais, Engenharia, Odontologia, Farmácia, Obstetrícia e Cirurgia e Agronomia. Vitor Ferreira do Amaral foi seu primeiro diretor, Nilo Cairo o primeiro secretário e Oscar Joseph de Plácido e Silva o primeiro funcionário. “Desde o momento de sua fundação e de seus primeiros anos de vida institucional a Universidade do Paraná passou a desempenhar um papel decisivo na formação da elite política, econômica e cultural paranaense” (SIQUEIRA, 2000, p. 7).

Em 15 de março de 1913 a Universidade do Paraná inicia suas atividades didáticas, contando com 97 alunos, sendo 29 do Curso de Ciências Jurídicas e Sociais. A precariedade das instalações, até o momento casa alugada, advertia a necessidade de construir o próprio edifício para a Universidade. Na rua Carlos de Carvalho foi adquirido um terreno onde se projetava a nova sede pelo catedrático do curso de Engenharia Baeta de Faria. Em 17 de novembro de 1913 a Prefeitura de Curitiba doou um terreno situado na Praça Santos Andrade, onde seria construída a sede da Universidade, sendo alterado assim o projeto inicial.

Em 1913 iniciou-se a construção do edifício e em março de 1914 as aulas já eram ministradas no novo prédio. A primeira diretoria foi assumida pelo doutor Victor Ferreira do Amaral, sendo o vice-diretor doutor Euclides Beliváqua, o secretário doutor Nilo Cairo, subsecretário doutor Manoel de Cerqueira Daltro Filho, tesoureiro doutor Flávio Luz e o bibliotecário doutor Hugo Simas. Segundo Siqueira (2000, p. 15) “a Universidade do Paraná se propunha a ministrar um ensino concreto, profícuo e prático”.

Enfrentando muitas dificuldades, em meio às incertezas quanto ao futuro da Universidade do Paraná e da Faculdade de Direito, formou-se a primeira turma de bacharéis em Direito, sendo a colação de grau em 19 de dezembro de 1917.

Em 29 de julho de 1920, o Conselho Superior de Ensino aprovou o parecer da Comissão favorável ao reconhecimento oficial da Faculdade de Direito do Paraná, a primeira dentre os institutos de ensino superior a obter a equiparação.

Siqueira (2000, p. 29) afirma que “a equiparação da Faculdade de Direito foi a primeira vitória dos intelectuais idealizadores da Universidade do Paraná [...]”.

Após sofrer várias reformas no ensino jurídico, em 1931 foi criado o Diretório Acadêmico de Direito, que promovia desde eventos sociais até discussões sobre temas variados. Manoel de Oliveira Franco Sobrinho, segundo presidente do Diretório Acadêmico, durante seu mandato alterou a nomenclatura para Centro Acadêmico de Direito que, mais tarde, na gestão de 46/47 passou a ser chamado de Centro Acadêmico Hugo Simas – homenagem póstuma ao jurista e professor do Curso de Ciências Jurídicas da Universidade do Paraná.

A partir do ano de 1950 começou a modernização da Universidade, com a reforma do prédio central na Praça Santos Andrade, construção do Hospital de Clínicas e do conjunto de edifícios destinados à Reitoria. Siqueira (2000, p. 53) afirma que a expansão da estrutura física, administrativa e de recursos humanos objetivava transformar o ensino ministrado pela instituição e considerar a pesquisa de forma que a UFPR pudesse alocar-se como um centro científico importante no sul do Brasil. Em 1953, é editado o primeiro fascículo da Revista da Faculdade de Direito da UFPR, uma publicação de caráter acadêmico.

O Setor de Ciências Jurídicas foi instalado em 19 de maio de 1983, na gestão do professor Alcides Munhoz Netto. “Mediante a Resolução n.181/85 do Conselho de Administração da UFPR fica aprovado o Regimento do Setor de Ciências Jurídicas” (SIQUEIRA 2000, p. 88). Uma das conquistas do Curso de Direito neste período foi à criação do Curso de Pós-Graduação em Direito através da Resolução 8/81 de 30 de junho de 1981, do Conselho Universitário da UFPR, e credenciado pela CAPES (Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) em 1984.

Em 1994, no âmbito de Pós-graduação, somaram-se ao Curso de Mestrado, o Curso de Doutorado em Direito e o Centro de Estudos Jurídicos – CEJUR -, uma entidade de representação discente.

O Setor de Ciências Jurídicas atualmente está dividido em: Congregação do Setor, Conselho Setorial, Direção do Setor, Secretaria do Setor, Departamentos de Direito Público, Direito Privado, Direito Civil e Processual Civil, Direito Penal e Processual Penal, Secretaria Docente do Setor, Coordenação do Curso de Graduação em Direito, Núcleos de Prática Jurídica e de Monografia, Secretaria

Geral da Coordenação do Curso de Graduação, Secretaria Discente da Coordenação do Curso de Graduação, Conselho dos Representantes de Turmas do Curso de Graduação, Coordenação de Pesquisa do Setor e Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Direito.

Siqueira (2000, p. 99) afirma que toda estrutura administrativa do Setor de Ciências Jurídicas da UFPR está voltada para a busca da qualidade de ensino, aperfeiçoamento constante de um corpo docente jovem e produtivo, desenvolvimento de pesquisas, publicação de estudos e trabalhos acadêmicos, intercâmbio intelectual com diversas instituições do país e do exterior, qualidade dos programas de Mestrado e consolidação do Doutorado em Direito. Para tanto foi através da publicação de fontes periódicas como a Revista da Faculdade de Direito da UFPR que ocorreu a disseminação do saber jurídico e a divulgação do conhecimento para a comunidade científica envolvida.

6.2 PERIÓDICO CIENTÍFICO

Neste sub-item pretende-se apresentar uma retrospectiva histórica do periódico científico, suas funções enquanto disseminador do conhecimento e a importância da avaliação desta fonte de informação.

6.2.1 Histórico

Desde o início de suas publicações, no século XVII, os periódicos passaram a desempenhar um importante papel no processo de comunicação da ciência.

O sistema de comunicação antes feito por meio de cartas e atas ou memórias das reuniões científicas, com a finalidade de transmitir idéias através de relatos de descobertas científicas, estava se tornando precário. A preocupação dos cientistas com a segurança e prioridade das descobertas foi o principal motivo do declínio do livro como meio mais importante para a publicação da pesquisa, pois o custo era alto e havia demora na publicação.

A necessidade de comunicação rápida e precisa sobre experiência e observação era fator importante para a troca de idéias entre todos os cientistas com interesse em determinado assunto, isso caracterizava a Ciência Moderna.

A resolução desses problemas veio mediante a publicação de pesquisas em partes, o que assegurava a prioridade da descoberta e resultava em custo reduzido se comparado com a publicação de um livro. A inovação no meio científico foi responsável pelo surgimento de um novo meio de comunicação, o periódico científico, que se caracterizava pelo “alcance mais amplo que a comunicação oral e correspondência pessoal, bem mais rápido que os livros e tratados [...]” (MUELLER, 2000, p. 73-74). Segundo Stumpf (1996, p. 2) “o processo definitivo de mudança para o novo veículo de registro e comunicação da ciência só foi concluído no século passado, quando as revistas adquiriram credibilidade para, inclusive, substituir os livros”. Silva (2001, p. 14) relata que “entre as razões que fizeram surgir o periódico científico pode-se encontrar a expectativa de lucro que teriam os seus editores, a convicção de que para acontecer novas descobertas seria indispensável um debate coletivo e, sobretudo a necessidade de comunicação de maneira formal e eficiente entre os interessados nas novas descobertas e realizações”. Sendo um meio de registro, o periódico se apresenta como meio formal pelo qual o editor controla a qualidade da revista e como acúmulo de conhecimento ao longo de suas edições. A validação da produção científica individual é obtida através da passagem por um conselho editorial que valida a publicação e garante a prioridade da autoria.

Os primeiros periódicos científicos surgiram na Europa no século XVII. O *Journal de Sçavans* criado pelo francês Denis de Sallo foi fundado em cinco de janeiro de 1665, em Paris. O segundo periódico que se tem notícia surgiu em Londres, fundado por filósofos ingleses ligados a *Royal Society*, com o nome de *Philosophical Transactions*. Segundo Mueller (2000, p. 74-75) “foi lançado com a intenção de divulgar, entre os membros de *Royal Society*, as cartas enviadas por seus colegas cientistas, ingleses e europeus, relatando suas pesquisas”, isto o diferenciava do *Journal de Sçavans* que se preocupava em divulgar matérias em todas as áreas científicas.

Após grande aceitação deste modelo de publicação, outros periódicos foram produzidos por sociedades científicas dos países europeus com o objetivo de divulgar as pesquisas. Os periódicos científicos se espalharam por toda Europa

como veículos de divulgação das sociedades e academias científicas. Foi considerado como um dos primeiros meios utilizados pelos cientistas para transmitir idéias e caracterizou-se como uma nova forma de comunicação, inicialmente com artigos breves e específicos.

No século XVIII surgiram revistas científicas especializadas em campos específicos do conhecimento, como química, biologia, física, agricultura e medicina.

No século XIX, a produção de revistas científicas cresceu em função dos avanços técnicos de impressão e fabricação de papel, também devido ao aumento no número de pesquisadores e pesquisas.

Até recentemente o formato das revistas permaneceu inalterado. A partir de 1960, já com o avanço da tecnologia, o uso de microformas em substituição à cópia em papel barateou o custo de aquisição da revista e facilitou as condições de seu armazenamento.

A partir do ano de 1970, os avanços da editoração eletrônica, com o uso do computador, dinamizaram a editoração das revistas.

A partir de 1990 ocorreram mudanças quanto ao formato de publicação das revistas, surge a transmissão eletrônica por meio de redes de telecomunicações. Este formato permite o acesso facilitado através da consulta de artigos na página da revista na internet. Os leitores podem acessar o sumário, lista de autores, lista de artigos, resumos e texto integral, de acordo com sua necessidade. Neste caso, a vantagem de publicação da revista é que suas etapas podem ser realizadas com grande rapidez e baixo custo.

O século XX foi reverenciado como o século da profissionalização e da especialização. Segundo Silva (2001, p. 13) “a comunicação informal aumentou entre os cientistas; as sociedades científicas assumiram gradativamente o papel de editoras científicas; o artigo e o periódico científicos evoluíram para sua forma moderna e apareceram os periódicos eletrônicos como resultado da disponibilidade de novas tecnologias de comunicação formal”.

Quanto à língua, a tendência de publicar em uma língua conhecida por um grande público continua até hoje, com o uso do idioma inglês. Segundo Stumpf (1996, p. 3) “neste idioma, são publicadas as revistas que pretendem ter divulgação internacional, mesmo que produzidas em países menos desenvolvidos e com língua nacional menos conhecida”.

As inovações quanto ao meio eletrônico tem sido bem aceitas devido à flexibilidade de acesso, rapidez na comunicação, largo alcance, baixo custo e disponibilidade imediata, vantagens que favorecem o acesso à informação através do uso do periódico científico eletrônico. Mueller (2000, p. 83) descreve que:

Todos os tipos de periódicos eletrônicos tem algumas características comuns: são um meio de comunicação extremamente versátil e rápido, que permite a divulgação da pesquisa imediatamente após sua conclusão, ignorando barreiras geográficas para acesso (embora dependam de equipamentos e linhas de comunicação eficientes), minimizando barreiras hierárquicas e permitindo a recuperação de informações de várias maneiras.

Embora apresentem tantas vantagens, ainda existe resistência na comunidade científica em aceitar o periódico eletrônico como equivalente ao periódico tradicional. Segundo Mueller (2000, p. 84) “o periódico eletrônico ainda não inspira confiança suficiente para substituir o periódico impresso em papel na sua função de registro primário, confiável e autorizado da ciência certificada”. A falta de confiança deve-se a hábitos da comunidade científica e a precariedade das bibliotecas em atender ao público. São problemas humanos e econômicos que impedem a alta aceitação do meio eletrônico. No entanto a função de divulgação do conhecimento é considerada bem desempenhada pelas revistas eletrônicas que seguem os procedimentos normais do periódico impresso, somente com algumas vantagens como, por exemplo, o tempo de disponibilização/divulgação dos documentos.

6.2.2 Funções

A divulgação dos resultados de pesquisa não pode ser considerada a única função do periódico científico. Segundo Mueller (2000, p. 75) “o periódico tem como papel a comunicação formal dos resultados de pesquisa original para a comunidade científica e demais interessados; preservação do conhecimento registrado; estabelecimento da propriedade intelectual e manutenção do padrão da qualidade da ciência”.

Os resultados de pesquisas científicas são divulgados através de canais de comunicação, formais e informais, sendo por meio de publicações dos trabalhos que

os pesquisadores garantem a propriedade científica e o reconhecimento por seus pares. Assim, Vieira (1997, p. 41) assegura a importância do periódico científico no seu papel de divulgar o saber científico em qualquer área do conhecimento.

A revista científica, além de ser o principal veículo para o registro do conhecimento, é capaz de atingir grande número de leitores, pelo seu caráter válido e permanente, pois reflete a atualidade científica e técnica, informando os últimos progressos da ciência podendo ser utilizada como referência para novas pesquisas. Mueller (1995, p. 65) considera que “a publicação em periódicos científicos possibilita a disseminação ampla e relativamente rápida dos resultados de pesquisa, permitindo que sejam lidos, criticados e talvez utilizados (e então citados) por outrem”.

As funções de disseminar e recuperar informação também são consideradas importantes para a visibilidade tanto do periódico quanto de seus autores e editores. A divulgação dos artigos possibilita a seus autores reconhecimento entre os pares. O papel do editor é fundamental no processo de comunicação da ciência, pois sua principal tarefa é o controle da alta qualidade das publicações, conciliando sua função de professor e pesquisador com as funções típicas de edição de periódicos. Miranda (1996, p. 2) define o periódico científico “como veículo de comunicação do conhecimento que cumpre funções de registro oficial público da informação mediante a reconstituição de um sistema de editor-avaliador e de um arquivo público, o que é considerado fator importante na motivação do cientista”.

Dentro das universidades existe espaço para discussão, investigação e propostas para solução de problemas onde passam a ser geradas revistas com a finalidade de divulgar os resultados dessas investigações. Há percepção de que a geração dessas revistas favorece a disseminação da informação. Alvarado (1999, p. 154) em referência às revistas latino-americanas considera as revistas acadêmicas importantes como veículos de comunicação e atualização de conhecimento em um país, por formarem parte significativa do acervo cultural e desempenharem a função de ligação entre cientistas e o mundo da ciência. Gorbitz² citado por Alvarado (1999, p. 2), descreve as funções das revistas latino-americanas como:

² GORBITZ, A. *Evaluación de revistas científicas latinoamericanas*. *Fitotecnia Latinoamericana*, v. 8, n.2, p.23-29, 1968.

- divulgar os trabalhos da ciência de um país e de uma especialidade
- manter e elevar o nível da ciência de um país;
- divulgar entre os leitores o desenvolvimento científico e a produção bibliográfica da área em que atuam;
- romper o isolamento dos cientistas latino-americanos e oferecer meios de publicação de valor e reconhecimento em outros lugares;
- servir para intercâmbio de publicações e contribuir para aumentar coleções das bibliotecas e instituições que as editam.

O modelo de publicação científica que surgiu com a intenção de publicar notícias científicas e divulgar formalmente os resultados de pesquisa entre os cientistas e estudiosos, hoje apresenta entre suas principais funções, além do papel de disseminador da informação, servir como suporte para registrar idéias e preservar conhecimento registrado, manter o padrão de qualidade da ciência através do corpo editorial, publicar artigos, evidenciar e estabelecer a propriedade intelectual (MUELLER, 2000, p. 75).

6.2.3 Avaliação

Devido a um quadro crescente de produção científica, que se materializa principalmente em artigos, a avaliação do periódico se tornou uma exigência de mercado. Além disso, essa prática é resultado da preocupação atual da comunidade científica pela qualidade da informação veiculada. As duas funções de avaliar segundo Ferreira Neto (2002, p. 2) são destacadas como: servir como filtro de qualidade, selecionando as contribuições originais e relevantes para a área e servir aos próprios pesquisadores ao fornecer o retorno de seus trabalhos, permitindo-lhes rever, aperfeiçoar ou prosseguir em suas pesquisas.

A necessidade de avaliar está diretamente ligada à realidade dos veículos científicos como fonte de publicação da comunidade científica. Yamamoto (2002, p. 164) descreve a necessidade de avaliação de periódicos pela “responsabilidade de monitoração e controle da produção visando o estabelecimento de um padrão de qualidade compatível com o papel de disseminação desse conhecimento – e uma

das iniciativas mais importantes é a avaliação dos seus suportes, nomeadamente, o mais importante, o periódico científico”.

Na avaliação de revistas muitos fatores qualitativos e quantitativos são levados em consideração. De acordo com Testa (1998, p. 233) são identificados os pontos fortes e fracos de uma revista através da análise dos padrões básicos de apresentação, conteúdo editorial, internacionalidade dos autores e citação de dados associada a esses autores.

Testa (1998, p. 233) discorre em seu estudo sobre o processo de seleção de revistas científicas adotado pelo *Institute for Scientific Information* (ISI)³. Para incorporar publicações em sua base de dados, o ISI segue rigorosamente seus critérios e cada revista é submetida a um processo amplo de avaliação antes de ser selecionada ou rejeitada.

Com relação à periodicidade, a regularidade de publicação é um dos critérios elementares e fundamentais no processo de avaliação do ISI. Garfield⁴ citado por Testa (1998, p. 234) afirma que “não é aceitável para uma revista aparecer cronicamente atrasada, semanas ou meses depois da data de abrangência”.

Outro procedimento adotado pelo Instituto considera a adoção ou não de convenções editoriais internacionais que otimizam a recuperação de originais, estas incluem títulos de revistas comunicativos, títulos de artigos, resumos inteiramente descritivos, dados bibliográficos completos nas referências citadas e endereço de cada autor.

Quanto ao conteúdo editorial “o editor do ISI determina se o conteúdo de uma nova revista irá enriquecer a base de dados ou se o assunto já é adequadamente coberto” (TESTA, 1998, p. 234). Quando considerado o fator internacionalidade o ISI procura indexar as melhores revistas regionais, com diversidade internacional entre autores, tanto dos artigos originais como dos artigos citados. Já com relação à análise de citação, a avaliação considera a variedade de autores e revistas entre as disciplinas e os níveis e as médias de citação numa disciplina específica. Segundo Testa (1998, p. 234) “áreas menores como botânica e

³ ISI - companhia publicadora de bases de dados Norte Americana, Philadelphia – USA.

⁴ GARFIELD, C. *How ISI selects journals for coverage: quantitative and qualitative considerations*. Current Contents, may, 1990.

matemática não geram tantos artigos ou citações como ocorre com áreas maiores [...]”, e isto é analisado para que os dados de citação sejam usados corretamente.

Os critérios de seleção de periódicos adotados pelo *Scientific Electronic Library Online*⁵ (SciELO) têm por objetivo aumentar a visibilidade, a acessibilidade e a credibilidade nacional e internacional da publicação científica da América Latina e Caribe, através da publicação integrada na Internet de coleções nacionais ou regionais de periódicos científicos e busca contribuir para o aumento do impacto da produção científica nacional.

Com relação aos procedimentos para inclusão de periódicos na coleção SciELO Brasil⁶, o periódico deve passar por um processo de avaliação, baseado em critérios adotados internacionalmente pelas bases de dados. A revista será avaliada por seu conteúdo e critérios como: publicação predominante de contribuições originais; revisão e aprovação por pares das contribuições publicadas; comitê editorial de composição pública e heterogênea; periodicidade regular; tempo de existência do periódico; pontualidade na publicação; resumos, título e palavras-chave em inglês, quando esse não é o idioma do artigo; adoção e especificação das normas utilizadas no periódico.

Os Critérios SciELO Brasil têm como finalidade contribuir para a formação e o desenvolvimento da sua coleção de periódicos. O núcleo de periódicos científicos analisa alguns padrões importantes de apresentação. O caráter científico dos periódicos estabelece que publiquem predominantemente contribuições originais resultantes de pesquisa científica e/ou significativas para a área específica do periódico. Quanto à Periodicidade, o SciELO avalia diferentemente este indicador, considerando parâmetros ditados para cada área do conhecimento a que pertence o periódico (ANEXO 1) relacionados com a oportunidade e velocidade da comunicação nas respectivas áreas. Já com relação à existência, o periódico deve ter pelo menos quatro números publicados para ser avaliado. Os artigos devem conter título, resumo e palavras-chave no idioma do texto do artigo e no idioma inglês, quando este não for o idioma do texto. Também devem estar especificadas

⁵ SciELO (*Scientific Electronic Library Online*) - biblioteca eletrônica que compreende uma coleção selecionada de periódicos científicos (<http://www.scielo.org>)

⁶ SciELO Brasil (<http://www.scielo.br>) inclui periódicos científicos que publicam predominantemente artigos resultantes de pesquisa científica original.

as normas para a apresentação, estruturação dos textos e apresentação de referências bibliográficas. Os artigos devem conter informação sobre a afiliação dos autores, incluindo local e instituição de origem.

Na área de direito um grande número de documentos é produzido anualmente, do resultado das pesquisas surgem livros, conferências, pareceres, normas jurídicas, artigos de periódicos, entre outros. A disseminação da informação através de periódicos científicos na área jurídica é fundamental para divulgar o conhecimento para a comunidade científica envolvida. Passos (1994, p. 363) refere-se a informação jurídica como:

Toda a unidade do conhecimento humano que tem a finalidade de embasar manifestações de pensamento de juristas, tratadistas, escritores jurídicos, advogados, legisladores, desembargadores, juizes e todos aqueles que lidam com a matéria jurídica, quando procuram estudar (do ponto de vista legal) ou regulamentar situações, relações e comportamentos humanos, ou ainda quando interpretam ou ampliam dispositivos legais.

Os periódicos são fontes secundárias que apresentam artigos/estudos ao longo da edição de vários fascículos, em periodicidades diferenciadas de acordo com a área do conhecimento a que estão relacionados, assim permanece implícita sua história no decorrer das publicações.

Daí a importância do resgate da memória das revistas, que está associada ao trabalho de investigação histórica e do papel da comunicação científica, juntamente com as mudanças ocorridas durante o período de sua publicação. É possível resgatar o processo evolutivo e as funções básicas do periódico científico – memória e disseminação – considerando-o como principal instrumento de comunicação da ciência (SOUZA, 2002). Segundo Silva (1996) a análise da história nos habilita a melhor conhecer o futuro e nos autoriza a antever um processo evolutivo dinâmico, sempre a par das mudanças na difusão do conhecimento científico e na divulgação das idéias.

Além disso, é fundamental analisar as questões referentes à autoria dos artigos visto a importância deste quesito quanto à indexação de periódicos em grandes e importantes bases de dados nacionais e internacionais.

6.2.4 Análise de Autoria

Existem várias formas de medição voltadas para avaliar a ciência e os fluxos da informação. Dentre estas cabe citar a Bibliometria, que é um método quantitativo que permite mensurar o fluxo da informação, a comunicação acadêmica e a difusão do conhecimento. Este método possibilita analisar um periódico nos aspectos de autoria, com o objetivo de prever a produtividade dos autores, universidades e países. Segundo Spinak⁷ citado por Vanti (2002, p. 154) “a bibliometria estuda a organização dos setores científicos e tecnológicos a partir das fontes bibliográficas e patentes para identificar os autores, suas relações e suas tendências”. A Bibliometria examina as relações entre diferentes variáveis: recursos humanos-documentos, artigos-periódicos, produção-consumo etc., que apresentam diversas regularidades de distribuição (BRAGA⁸ citado por VANTI, 2002, p. 155).

As primeiras análises sobre a produção científica no Brasil apareceram a partir dos anos 70 e tinham como objeto de estudo as universidades e institutos de pesquisas. Entre os aspectos analisados citam-se a temática e tipologia de documentos, a classificação de autoria, a dispersão da literatura, análise de citação, entre outros.

O aspecto autoria foi impulsionado pela busca acelerada dos pesquisadores em garantir a originalidade científica por meio da publicação freqüente de artigos de periódicos com discussão de suas idéias e resultados de suas pesquisas.

Segundo Altamirano e Sarlo⁹, corroborado por Bufrem (2001, p. 69) “o autor é quem escreve e quem é proprietário intelectual e material da sua produção, é o possuidor pleno do produto de seu trabalho”. Esse autor pode ser individual ou coletivo, interno a uma instituição ou não. Sob esses e outros aspectos a produção científica tem sido analisada em quase todas as áreas do conhecimento.

Silva (2001) analisando o periódico Educar em Revista, do Setor de Educação da UFPR, constatou a predominância de autoria única nos artigos

⁷ SPINAK, E. **Dicionário enciclopédico de bibliometria, cienciometria e infometria**. Montevideo, 1996. 245p.

⁸ BRAGA, G. M. Informação, ciência, política científica: o pensamento de Derek de Solla Price. **Ciência da Informação**, Brasília, v.3, n.2, p.155-177, 1974.

⁹ ALTAMIRANO, C.; SARLO, B. **Conceptos de sociología literaria**. Buenos Aires: Centro Editor da América Latina, 1980. 153 p.

publicados pela revista. A análise incidiu em três períodos distintos. Nos primeiros fascículos analisados, volumes um e dois, período de 1977 e 1978, verificou-se o percentual de 57,14% referente à autoria individual. No período de publicação dos anos de 1981 a 1989 registraram-se em 75% dos casos autoria única interna e 5,26% externa, sendo 57 ocorrências de autores de UFPR e quatro externos contra apenas 19,74% de autoria múltipla. No período de 1993 a 2000 a autoria única interna continuou a mais freqüente, alcançando o índice de 59,05% do total de autores, porém percebeu-se um crescimento significativo quanto à autoria única externa que alcançou um percentual de 21,90%, já a autoria múltipla atingiu o percentual de 19,5%, sendo 14,29% de caráter interno a Universidade, 2,86% de caráter externo à Universidade, e 1,90% de categoria mista.

Em 1998, Ohira analisando a Produção técnico-científica dos docentes da Faculdade Educacional Dois Vizinhos/Universidade do Estado de Santa Catarina (FAED/UDESC) considerou dois padrões de autoria, única (um único autor) e autoria múltipla (dois ou mais autores). Constatou que no Centro de Ciências da Educação não existiu diferença significativa entre os dois tipos de autoria, pois a múltipla alcançou o índice de 50.96% contra 49.04% de autoria única. Ainda em Santa Catarina, Menezes (1993) constatou a predominância da autoria múltipla em seis centros de ensino da Universidade Federal de Santa Catarina e a autoria única em apenas cinco centros de ensino.

A produção científica em tecnologia de alimentos realizada na Coletânea do Instituto de Tecnologia de Alimentos (Ital) entre os anos de 1990 e 1994 (CAMARGO, 1997) identificou maioria esmagadora de autoria múltipla nos artigos, ou seja, 98,68% do total analisado. O artigo de periódico nas atividades de ensino e pesquisa dos professores universitários foi objeto de análise de Targino em 1998. A co-autoria também predominou, 66,73% contra 33,27% de autoria única. NASCIMENTO (1983), OCTAVIANO (1991), ANDRADE (1982) e SANTOS (1997) também constataram o padrão de autoria múltipla em suas pesquisas. A ocorrência freqüente de artigos em colaboração pode representar uma tendência já verificada na literatura mundial, a de estar a ciência cada vez mais sendo desenvolvida em grupo. Esse fenômeno explica-se principalmente pelas possibilidades de intercâmbios interdepartamentais e inter-institucionais, cuja intensificação tem sido ampliada proporcionalmente aos sucessos das tecnologias na área de comunicação.

TARGINO e CALDEIRA (1988) confirmam essa tendência em seu estudo que salienta a autoria múltipla efetivada pelo inter-relacionamento dos professores da Faculdade estudada com os professores de outras unidades da própria Universidade ou de outras instituições.

Na literatura brasileira, a análise das características da autoria constata que a única vem sendo gradativamente substituída pela múltipla. Carlos Rubbia, renomado pesquisador em entrevista com a Revista Veja, afirmou que (MENCONI, 1996, p. 10): “Hoje, não é mais possível uma única pessoa, não importa quão boa ela seja, desvendar todos os aspectos técnicos necessários para fazer algum progresso em áreas complexas”. Na verdade, os autores estão se unindo para a realização da pesquisa científica, visto que essa atividade contemporânea não é mais o resultado da ação de um empreendimento individual. Vários autores admitem a prevalência da autoria múltipla em quase todas as áreas do conhecimento, mas admitem também que essa tipologia teve como ênfase a crescente especialização da ciência e a institucionalização da pesquisa com parâmetros científicos.

7 ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo será apresentado o resultado da pesquisa que decorreu na elaboração do histórico da revista em questão. Também serão apresentados os dados relativos à autoria dos artigos que compõem a revista, autoria interna e externa; única e múltipla; número de autores e artigos por Instituição de Ensino.

7.1 HISTÓRICO DA REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Editada a partir de dezembro de 1953, ano em que a Universidade era administrada pelo Reitor Flávio Suplicy de Lacerda e na data em que o Estado do Paraná festejava o centenário de emancipação política, a Revista da Faculdade de Direito da UFPR destaca como objetivo inicial: “Divulgar o pensamento jurídico paranaense e ao mesmo tempo processar o intercâmbio cultural tão útil e necessário entre as instituições universitárias congêneres do país e do estrangeiro” (REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO, 1953).

O primeiro fascículo da revista foi constituído de 257 páginas, composto por 14 artigos. Apresentou as sessões Doutrina (constituída por artigos), Galeria dos professores (Biografia dos professores da UFPR) e Autores e Livros (nome de autores importantes da área de Direito e um breve resumo de suas publicações). A equipe editorial desse fascículo era formada por Ernani Guarita Cartaxo, Diretor da Faculdade de Direito da UFPR, Raul Rodrigues Gomes, José Nicolau dos Santos, Laertes de Macedo Munhoz, Altino P. Soares Pereira, Manoel de Oliveira Franco Sobrinho e Oscar Martins Gomes, todos professores da faculdade.

Em dezembro de 1954, ano seguinte à primeira edição da revista, foi publicado o fascículo dois, cumprindo então sua periodicidade anual. A segunda edição, então composta de 123 páginas e 20 artigos, preservou a mesma equipe editorial e apresentou apenas duas sessões: Doutrina; Autores e Livros.

Os próximos fascículos são publicados também anualmente, somente ocorrem mudanças nas sessões. O fascículo três passa a incluir a seção Crônicas Universitárias, escrita em sua maioria por professores adjuntos da UFPR. No ano de

1959 ocorre mudança na periodicidade da revista, esta inclui os fascículos seis e sete em único caderno, representando os anos de 1958 e 1959 e destacou mais uma nova seção chamada Noticiário.

Em 1960, o fascículo oito apresentou mudanças no *layout* da capa. As cores antes vermelha e branca dão lugar à amarela e branca, sendo a escrita em vermelho e preto e a letra mudou de tamanho e formato. Constou pela primeira vez o nome da Imprensa da Universidade do Paraná – IUP.

Inovações quanto à periodicidade também ocorreram na publicação de 1963, fascículo nove, cobrindo o período de 1961 a 1963. Tal número apresentou 22 artigos. Novamente as cores da capa sofreram alterações, voltando a ser predominante o vermelho e o branco.

O fascículo dez abrange o período de quatro anos, ou seja, 1964 a 1967. A periodicidade anual volta em 1968 com a publicação do fascículo onze. Esse número apresentou 11 artigos, um deles chama a atenção sobre televisão, colocando esse tema sob a perspectiva médico-social. Na seção Crônica Universitária, o diretor Egas Moniz de Aragão assina o relatório do ano de 1968 e nele encontra-se um item reservado à Biblioteca da Faculdade de Direito da UFPR. O ano registrou 780 volumes novos entre livros e periódicos e totalizou gasto de NCR\$10.000,00. Nesta edição a revista passa a apresentar na capa o nome da Universidade Federal do Paraná, anteriormente chamada Universidade do Paraná.

As publicações seguintes continuaram sendo anuais até o fascículo dezessete, que apresenta artigos referentes aos anos de 1974 e 1975. Isto acontece novamente com o fascículo dezoito, representando os conteúdos editados entre anos de 1976 e 1977. Este número destaca o professor Ary Florêncio Guimarães como responsável pela Direção da Revista. O sumário é chamado de índice e inclui apenas duas seções: Doutrina (para artigos) e Destaques (para homenagens e discursos). Uma nota no verso da folha de rosto informa: “Os conceitos emitidos nos artigos assinados são da exclusiva responsabilidade de seus autores”. Na seção Doutrina, os dois primeiros “artigos” são conferências pronunciadas em Curitiba, 26/02/1975 e em Belo Horizonte, em 11/11/1976.

O fascículo dezenove, com mais de 400 páginas, editou artigos relativos à produção de 1978 a 1980. A revista em questão divulga freqüentemente relatórios de eventos. Neste volume encontram-se Relatórios dos seguintes eventos: Painel de

Direito Penal e Processual Penal – Carta de Curitiba; Simpósio Sobre o Projeto de Código Civil; VII Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil; I Encontro dos Magistrados do Trabalho; VI Congresso Internacional de Magistrados.

A periodicidade anual irregular prossegue. O fascículo vinte edita artigos referentes à produção de 1981 a 1982 e apresenta novidades: uma secretária executiva para a Revista e o Conselho Editorial, anteriormente denominado de Redação. Até a publicação do número vinte, o curso de Direito integrava o Setor de Ciências Sociais Aplicadas. O fascículo vinte e um edita artigos do período de 1983 a 1984, explicitando na folha de rosto a inclusão da Faculdade de Direito no então Setor de Ciências Jurídicas. O número foi composto e impresso na gráfica da Fundação da UFPR, fato repetido pelos próximos volumes. Um artigo chama atenção pelo título: “A destruição do homem pela ganância do poder econômico”.

O fascículo vinte e dois, publicado em 1985, foi reservado à produção de professores e alunos do mestrado em Direito. Essa informação consta em um novo item chamado de Apresentação, presente também no volume seguinte com os dizeres: Palavras do Diretor. O fascículo vinte e três é publicado em 1986 e o fascículo vinte e quatro edita artigos referentes ao período de 1987 a 1988. Os fascículos vinte e dois, vinte e três e vinte e quatro apresentam uma Equipe Editorial com maior número de componentes em relação às publicações anteriores. O fascículo vinte e cinco é publicado em 1989 e totalmente dedicado à memória do Professor José Lamartine Corra de Oliveira, Titular de Direito Civil, falecido em 27 de novembro de 1987. Apresenta pela primeira vez a informação relativa à periodicidade irregular. A partir deste, o ISSN é explicitado em todos os fascículos. Periodicidade e normas editoriais constaram apenas nos números vinte e cinco e vinte e seis.

O período de 1990 a 1991 originou o fascículo vinte e seis. É o primeiro e único número da revista a apresentar a tiragem, 500 exemplares. Também neste fascículo foram apresentados esboços de índice temático e de autores dos fascículos que compreendem os anos de 1953 a 1989.

O fascículo vinte e sete, de 1992 a 1993, apresenta pela primeira vez uma tentativa de índice dos artigos publicados no número que não passou de uma repetição do sumário. Contou também com uma nova seção destinada a resumos de dissertações do mestrado, defendidas no período de 1986 a 1993.

O fascículo vinte e oito é publicado no período de 1994 a 1995, buscando mais uma vez cumprir a periodicidade anual. Registrou ainda a presença de professores espanhóis através do Projeto Intercampus. O sumário apresenta a seções Doutrina; Caderno dos Cursos de Pós-Graduação em Direito – Mestrado e Doutorado e Destaques do Setor de Ciências Jurídicas. No fascículo vinte e nove, editado em 1996, a seção Doutrina está dividida em Doutrina Estrangeira e Doutrina Nacional. Em 1997 a revista não foi publicada.

A partir de 1999 a revista passa a ser orientada pela Coordenação da Pós-Graduação em Direito, iniciando também uma parceria com Editora Síntese de Porto Alegre - Rio Grande do Sul. Foi integrada na Coleção Acadêmica de Direito juntamente com a Revista da Faculdade de Direito da UFRGS; Revista da Faculdade de Direito da UFSC; Revista da Faculdade de Direito da UFF e Revista da Faculdade de Direito da UNG; Revista da Faculdade de Direito da USP; Revista da Faculdade de Direito da FUMEC; Revista da Faculdade de Direito da UCP.

O fascículo trinta e um, volume trinta e um, primeiro da Coleção referente à Revista da Faculdade de Direito da UFPR, conta com um novo projeto gráfico, apresenta a capa em cores cinza e laranja com escrita em preto e branco. Neste número é enfatizada em nota editorial a importância do periódico como “veículo de divulgação de trabalhos de alta envergadura intelectual na comunidade jurídica brasileira” (REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO, 1999, p.3). A edição de 1999 também apresenta uma nova seção, Núcleo de Pesquisa em Direito Público do Mercosul (NUPESUL), que apresenta artigos escritos por membros no núcleo e professores da UFPR. Nesta publicação e nas sucessivas a tiragem foi de 500 exemplares (ANEXO 2).

A partir do fascículo trinta e dois, volume trinta e um, 1999, a revista passa a contar com uma bibliotecária, responsável pela normalização. O fascículo trinta e três, volume trinta e dois, de março de 2000 traz na apresentação um desabafo da Comissão Executiva editorial: “Somos todos testemunhas das vicissitudes pelas quais as Universidades Públicas vêm sofrendo [...] os salários dos professores e servidores têm sido objeto de arrocho jamais antes visto [...] os recursos das universidades públicas foram drasticamente reduzidos [...]”. A dificuldade de publicação de periódicos continua sendo fator preocupante nas Universidades Públicas diante dos problemas econômicos enfrentados por seus editores. A partir

daí verificou-se que a periodicidade torna-se semestral, são publicados dois fascículos anuais até o ano de 2001, número trinta e seis, volume trinta e três - último analisado. Todos os fascículos editados pela Síntese, apesar de apresentarem-se com certa normalização, não apresentavam normas para elaboração de originais. Não apresentam resumos e os sumários não estão padronizados. Não informam a periodicidade nem a tiragem. Nenhum número registrou informação relativa à indexação do referido periódico em bases de dados nacionais ou internacionais.

7.2 A AUTORIA

A partir da análise registrou-se um total de 544 autores ao longo das publicações de 36 fascículos da revista (TABELA 1), período de 1953 a 2001, sendo que em 63,5% dos casos os artigos são de autoria de membros da Universidade Federal do Paraná, 22% de instituições de outros estados e países e 14,5% de autoria cujas instituições não foram especificadas pela revista. Entre outras instituições de ensino registra-se a presença da USP, da UFRJ, da UFMG, da UFC, da PUCPR e da PUCSP.

TABELA 1 - NÚMERO DE AUTORES POR INSTITUIÇÃO DE (1953-2001)

Instituições	Número de Autores	%
Instituições de Ensino – UFPR	346	63,5%
Instituições não identificadas	78	14,5%
Outras Instituições de Ensino	120	22%
Total	544	100%

FONTE: Pesquisa realizada pela autora

NOTA: O número de autores não coincide com o número de trabalhos, vez que, um autor pode ter publicado tanto em assinatura única como em múltipla.

Quanto ao tipo de autoria (TABELA 2), registram-se em 63% dos casos, autoria única interna e 21,5% única externa, totalizando 84,5% que resultaram de 336 ocorrências de autores da UFPR e 115 externos, contra apenas 0,4% de autoria múltipla interna, 1% de múltipla mista e 14% de autoria cuja origem não foi

identificada nos artigos publicados pela revista. Também foi possível verificar que não houve ocorrência de autoria múltipla externa.

Quanto à autoria única e múltipla interna foram considerados somente artigos cujos autores eram pertencentes à Instituição UFPR, no caso da autoria única e múltipla externa foram considerados os artigos cuja autoria dividia-se entre várias instituições nacionais e internacionais. Em relação à autoria múltipla mista, foram considerados os artigos que registravam autoria composta por autores da UFPR e outras Instituições nacionais e internacionais.

TABELA 2 - PRODUÇÃO CIENTÍFICA POR TIPO DE AUTORIA (1953-2001)

Tipo de Autoria	Número de Artigos	%
ÚNICA UFPR	336	63%
ÚNICA EXTERNA	115	21,5%
MÚTIPLA UFPR	2	0,4%
MÚTIPLA EXTERNA	0	0%
MÚTIPLA MISTA	5	1%
ÚNICA NÃO IDENTIFICADA	73	13,7%
MÚTIPLA NÃO IDENTIFICADA	2	0,4%
TOTAL	533	100%

FONTE: Pesquisa realizada pela autora, 2003.

NOTA: Única e Múltipla UFPR incluem Professores do Setor, Alunos do Mestrado e em alguns casos Alunos de Graduação em Direito.

Os dados expressos na Tabela 2 explicitam o tipo de autoria mais freqüente na revista. Neste estudo prevalece a autoria individual nos artigos publicados, apontando assim o individualismo dos pesquisadores. A mesma situação ocorreu em pesquisa realizada recentemente por Silva (2001) que constatou predominância de autoria única (57,14%) nos artigos publicados pelo periódico Educar em Revista do Setor de Educação da UFPR. Talvez a freqüência com que são verificados artigos de autoria única seja uma característica das publicações da UFPR. Também é possível perceber que a freqüência com que aparecem autorias múltiplas, resultado do trabalho conjunto entre professores da UFPR e colaboradores de outras Instituições de Ensino, é maior do que a presença de autoria coletiva de artigos escritos somente por autores da UFPR. O resultado alcançado referente à autoria única contraria grande parte da literatura nacional sobre o assunto.

7.3 NÚMERO DE ARTIGOS POR INSTITUIÇÃO

A revista apresentou ao longo da edição de seus 36 fascículos um total de 533 artigos, cuja autoria está vinculada a Instituições de Ensino Nacionais, Instituições de Ensino Estrangeiras e Instituições não identificadas pela revista. O número de artigos por Instituição no período pesquisado (TABELA 3) alcança o índice de 79% dos artigos com autoria de Instituições de Ensino Nacionais, 6% de origem estrangeira e 14% dos artigos escritos por autores cujas Instituições não foram identificadas. Os artigos escritos em conjunto por autores de Instituições Nacionais e Estrangeiras alcançaram índice de 1%.

TABELA 3 – NÚMERO DE ARTIGOS POR INSTITUIÇÃO DE ENSINO (1953-2001)

Instituições	Número de Artigos	%
Instituições de Ensino Nacionais	421	79%
Instituições de Ensino Estrangeiras	32	6%
Instituições não identificadas	75	14%
Instituições nacional e estrangeira	5	1%
Total	533	100%

FONTE: Pesquisa realizada pela autora, 2003.

Os dados expressos na Tabela 3 apresentam um total de 421 artigos cuja autoria foi de Instituições Nacionais, destes, 338 referem-se à produção de colaboradores da UFPR e 83 são de autoria de outras Instituições Nacionais, entre elas Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Universidade de São Paulo, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal do Maranhão, Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal da Bahia, entre outras tantas universidades e faculdades do Brasil. Entre as Instituições de Ensino Internacionais, registrou-se a Universidade de Amsterdam (Holanda), Universidade de Bolonha (Itália), Universidade de Milão (Itália), Universidade de Pavia (Itália), Universidade de Pisa (Itália), Universidade de Buenos Aires (Argentina), Universidade de Cartega (Colômbia), Universidade de Copenhage (Dinamarca), Universidade de Indiana (Estados Unidos da América), Universidade de Miami (Estados Unidos da América), Universidade de La Coruña (Espanha), Universidade de Madrid (Espanha), Universidade de Sevilha (Espanha), Centro de Estudos Políticos e Sociais de

Valencia (Espanha) Universidade de Paris (França), Universidade do Uruguai (Uruguai) e Escola Livre de Direito (México).

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos iniciais previstos para esta investigação foram analisar a Revista da Faculdade de Direito do Setor de Ciências Jurídicas da UFPR visando resgatar a trajetória histórica desde sua fundação até os dias atuais; identificar a origem dos autores/colaboradores da revista, a fim de verificar se a mesma tem abrangência nacional e analisar o tipo de autoria (única e múltipla) dos trabalhos publicados no periódico.

Com relação ao primeiro objetivo, considerou-se que a investigação cumpriu seu propósito. Com o apoio dos documentos pesquisados foi possível registrar um breve histórico da revista. A cada fase foi possível perceber o esforço daqueles que fizeram concretizar cada edição dos volumes; a melhoria em relação ao padrão apresentado pela revista; as inovações quanto ao leiaute do periódico e a busca contínua pelo reconhecimento e aceitação nacional e internacional.

O objetivo inicial apresentado pelo primeiro volume da revista, cuja intenção era divulgar o pensamento jurídico paranaense e processar o intercâmbio cultural entre as instituições universitárias congêneres do país e do estrangeiro (REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO, 1953), permaneceu durante todo o período de publicação. A evolução da revista é percebida principalmente quanto a mudanças ocorridas no seu período de publicação, quando novas sessões foram acrescentadas enriquecendo assim o seu conteúdo, bem como o leiaute foi alterado contemplado com mais cores e informações.

Quanto à periodicidade da revista foram verificadas irregularidades. Os primeiros volumes foram publicados anualmente, a partir dos volumes seis e sete ocorreram mudanças que seguiram até as últimas publicações analisadas. A revista não conseguiu cumprir uma periodicidade, o que resulta em dificuldade para inserir a publicação em bases de dados. O critério seguido quanto à periodicidade, para incorporar publicações em base de dados reconhecidas, considera que a regularidade de publicação é elementar e fundamental no processo de avaliação de uma revista. “Não é aceitável para uma revista aparecer atrasada, semanas ou meses depois da data de abrangência” (GARFIELD citado por TESTA, 1998, p. 234).

Segundo Ferreira Neto (2002, p. 11) “atualmente uma revista que deseja ser indexada não pode estar circunscrita apenas à entidade responsável por sua

publicação”. Assim apesar da revista ser um órgão de divulgação de mestrado e doutorado em Ciências Jurídicas oferecido pela Universidade, ela deve buscar intercâmbio com a comunidade científica nacional e internacional – um de seus objetivos. Para isso precisa publicar em outra língua, além do português, isso pode contribuir para sua melhor disseminação.

Quanto ao número de artigos publicados por volume pelo periódico em questão, verificou-se que o total de páginas de cada fascículo não foi considerado fator representativo, independente da publicação ter periodicidade semestral ou anual. Observou-se que a média de artigos publicados por fascículo equivale a 14,8 artigos, sendo que o maior número foi verificado nos anos de 1958-1959 (volume seis e sete) e 2001 (volume trinta e seis) com 27 artigos e o menor número data dos anos de 1973 (volume dezesseis) e 1990-1991 (volume vinte e seis) com 3 artigos. Esta análise também permitiu verificar que a revista não produziu o número mínimo de artigos, por ano, que possibilitasse sua inclusão em coleções de periódicos de bases de dados como o SciELO Brasil.

Num segundo momento de análise, observou-se nos artigos a abrangência de autoria. Verificou-se a disparidade de autores de outras instituições que contribuíram com a publicação de artigos, trabalhos individuais e em conjunto com autores da UFPR, para área jurídica. A colaboração de autores da USP, UFRJ, UFMG, PUCPR, UFRGS, UFSC, UFC, UFBA, entre outras Instituições de Ensino, foi fundamental para o aprimoramento da revista em questão.

Os dados expressos na Tabela 1 – Número de autores por Instituição (1953-2001), identificam o tipo de autoria mais freqüente na publicação da revista. Observou-se que 63,5% dos artigos publicados são de colaboradores da UFPR, porém existe um número representativo de autores pertencentes a outras Instituições de Ensino, 22% representam artigos escritos por colaboradores de outras instituições nacionais e internacionais e 14,5% representam os artigos cuja autoria não foi especificada na revista. Esta análise permitiu perceber a solidificação dos objetivos do periódico com relação ao intercâmbio entre universidades nacionais e internacionais.

Num terceiro momento da pesquisa buscou-se arrolar o tipo de autoria (única ou múltipla), verificou-se (TABELA 2) o maior índice em autoria individual (84,5%) e que à UFPR confere 63% dos artigos com autoria única, ou seja, 336

artigos, num total de 533 artigos publicados pela revista no período pesquisado. Neste estudo prevaleceu a autoria individual nos artigos publicados, apontando assim o individualismo dos pesquisadores. A mesma situação ocorreu em pesquisa realizada recentemente por Silva (2001) que constatou predominância de autoria única (57,14%) nos artigos publicados pela *Educar em Revista do Setor de Educação da UFPR*. Talvez a frequência com que são verificados artigos de autoria única seja uma característica das publicações da UFPR.

Com relação ao número de artigos por instituição (TABELA 3) é evidente a grande contribuição de autores de universidades brasileiras, sendo 79% dos artigos de Instituições nacionais. A contribuição de Instituições de Ensino estrangeiras alcançou o índice de 6% dos artigos publicados, 14% referentes à produção de Instituições não identificadas pela revista e 1% da produção deve-se ao trabalho conjunto de autores ligados a Instituições nacionais e estrangeiras.

Diante da análise ora finalizada, pode-se considerar que a *Revista da Faculdade de Direito da UFPR* é uma publicação periódica cujos trabalhos publicados tendem a ser realizados individualmente; os artigos constituem forma básica de comunicação na revista; a maioria dos artigos foi resultado de colaboração interna da UFPR e não houve regularidade quanto à periodicidade em todo período de publicação pesquisado. Apesar da representação variada de colaboradores nacionais, o índice de 63,5% de artigos publicados por autores ligados a UFPR, permite afirmar que o periódico analisado ainda tem forte caráter endógeno e regional.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, S. Espelho da ciência: avaliação do programa setorial de publicações em ciência e tecnologia da FINEP. Recensão de: **Ciência da Informação**, Brasília, v.24, n.2, 1995.

ALVARADO, R. U. Las revistas de bibliotecología y ciencias de la información en América Latina. **Transinformação**, Campinas, v.11, n.2, p.153-172, maio/ago. 1999.

ANDRADE, M.T.D. de et al. Análise da produção bibliográfica-científica numa instituição de ensino e pesquisa em saúde pública. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v.15, n.1/2, p.62-79, jan./jun.1982.

BUFREM, L. S. O “inventor” e a estrutura social. In: BUFREM, L. S. **Editoras universitárias no Brasil: uma crítica para reformulação da prática**. São Paulo: Edusp: Com-Arte; Curitiba: Editora da Universidade/UFPR, 2001. p. 69.

CAMARGO, M. V. G. Pesquisador científico: avaliação da produção 1990/1994. In: WITTER, G. P. **Produção científica**. Campinas: Átomo, 1997. p. 235-248.

CAMARGO, M. V. G. **Produção científica em tecnologia de alimentos: artigos da coletânea do ITA (1990/1994)**. Campinas, 1997. 136 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – PUC-Campinas.

FERREIRA NETO, A. **Avaliação de periódicos científicos da educação física: o caso da revista Motus Corporis**. Vitória: UFES-Proteoria, 2002. 21p. Relatório de pesquisa.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1996. 159 p.

LAKATOS, E. M., MARCONI M. A. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1987.

LOURENÇO, C. A. Automação de bibliotecas: uma análise da produção via biblioinfo (1986-1994). In: WITTER, G. P. **Produção científica**. Campinas: Átomo, 1997. p.25-40.

MENCONI, D. Entrevista Carlos Rubbia: ciência e dúvida. **Veja**, São Paulo, 30 out. 1996. p.9-11. Entrevista.

MENEZES, E. M. **Produção científica dos docentes da Universidade Federal de Santa Catarina: análise qualitativa dos anos de 1989 a 1990**. Campinas, 1993. 122f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – PUC-Campinas.

MIRANDA, D. B. O periódico científico como veículo de comunicação: uma revisão da literatura. **Ciência da Informação**. Brasília, v.25, n.3, 1996.

MOURA, E. ITA – Avaliação da produção científica (1991-1995). In: WITTER, G. P. **Produção científica**. Campinas: Átomo, 1997. p. 9-23.

MUELLER, S. P. O crescimento da ciência, o comportamento científico e a comunicação científica: algumas reflexões. **R. Esc. Biblioteconomia UFMG**, Belo Horizonte, v.24, n.1, p.63-84, jan./jun. 1995.

MUELLER, S. P. O periódico científico. In: **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000, p.73-95.

NASCIMENTO, M. J. **Estudo da produção científica na área nuclear no período de 1970/1979**. Rio de Janeiro, 1983. 206 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) UFRJ/IBICT.

OCTAVIANO, V. L. C. **Instrumentação agropecuária brasileira: sistematização da informação e documentação produzida pelos pesquisadores da EMBRAPA/NPDIA, 1977/1989**. Campinas, 1991. 131f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – PUC-Campinas.

OHIRA, M. L. B. **Produção técnico-científica dos docentes da FAED/ UDESC (1992-1996): avaliação institucional**. Campinas, 1998. 161f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – PUC-Campinas.

OLIVEIRA, J. O. Contribuição da Revista Brasileira de Sementes ao desenvolvimento da pesquisa na área sementeira: um estudo de produtividade. **Ciência da Informação**. Brasília, v.23, n.3, p.353-358, set./dez. 1994.

PASSOS, E. J. L. O controle da informação jurídica no Brasil: a contribuição do Senado Federal. **Ciência da Informação**. Brasília, v.23, n.3, p.363-368, set./dez. 1994.

REVISTA Da Faculdade De Direito Da Universidade Federal Do Paraná. Curitiba, v.1, n.1, dez. 1953.

REVISTA Da Faculdade De Direito Da Universidade Federal Do Paraná. Porto Alegre: Síntese, v.32, 1999. p.3.

SABBATINI, R. M. E. A história das revistas científicas. **Jornal Correio Popular**, Campinas, 1999, p.1-3. Disponível em: <<http://www.epub.org.br/correio/ciencia/ap990305.htm>> Acesso em 08 jul.2003.

SANTOS, A. R. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SANTOS, M. C. L. Produção científica: análise do periódico Química Nova (1991-1995). **Produção científica**. Campinas: Átomo, 1997. p. 65-75.

SCIENTIFIC ELETRONIC LIBRARY ONLINE. **Critérios SciELO Brasil**: critérios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos científicos na coleção SciELO Brasil. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>> Acesso em: 9 fev. 2004.

SILVA, L. J. Revista de Saúde Pública: 30 anos de evolução. **Revista de Saúde Pública**. São Paulo, v.30, n.6, dez. 1996.

SILVA, S. F. **O periódico Educar em Revista do Setor de Educação da UFPR (1997/2000):** uma análise histórica e temática. Campinas, 2001. 166 f. Dissertação (Mestrado Interinstitucional em Biblioteconomia e Ciência da Informação) - PUC-Campinas/Universidade Federal do Paraná.

SIQUEIRA, M. D. **Faculdade de Direito 1912-2000:** Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR. 2000.

SOUZA, M. F. S. **Periódicos científicos eletrônicos: apresentação de modelo para análise de estrutura.** São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciência, Universidade Estadual Paulista. Disponível em: <http://www.aprendervirtual.com/caderno_cientifico/2003_01_02_caderno_cientifico.htm> Acesso em: 15 jul. 2002. Resumo.

STUMPF, I. R. C. Passado e futuro das revistas científicas. **Ciência da Informação**. Brasília, v.25, n.3, 1996.

TARGINO, M. G. **Comunicação científica:** o artigo de periódico nas atividades de ensino e pesquisa do docente universitário brasileiro na pós-graduação. Brasília, 1998. 387f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Departamento de Ciência da Informação e Documentação da Faculdade de Estudos Sociais Aplicadas - UNB.

TARGINO, M. das G.; CALDEIRA, P. da T. Análise da produção científica em uma instituição de ensino superior: o caso da Universidade Federal do Piauí. **Ciência da Informação**, Brasília, v.7, n.1, p.15-25, jan./jun.1988.

TESTA, J. A base de dados ISI e seu processo de seleção de revistas. **Ciência da Informação**, Brasília, v.27, n.2, p.233-235, 1998. Disponível em: <<http://www.ibict.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2004.

VANTI, N. A. P. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. **Ciência da Informação**. Brasília, v.31, n.2, p.152-162, maio/ago. 2002.

VIEIRA, K. C. Temas enfocados em Transinformação de 1989 a 1996. In: **Produção científica**. Campinas: Átomo, 1997, p.41-53.

YAMAMOTO, O. H.; MENANDRO, P. R. M.; KOLLER, S. H. et al. Avaliação de periódicos científicos brasileiros da área da psicologia. **Ciência da Informação**. Brasília, v.31, n.2, p.163-177, maio/ago. 2002.

ANEXOS

ANEXO 1 – TABELA DE PERIODICIDADE SCIELO.....	43
ANEXO 2 – RESPOSTA DE E-MAIL DA EDITORA SÍNTESE.....	45

ANEXO 1 – TABELA DE PERIODICIDADE SCIELO

Periodicidade

A seguinte tabela indica, segundo grandes áreas temáticas, a periodicidade mínima e desejada, bem como o número mínimo e desejado de artigos por ano para admissão de periódicos na coleção SciELO Brasil:

Área temática	Periodicidade		Número de artigos por ano	
	Mínima	Desejada	Mínimo	Desejado
Agrárias e Exatas	Trimestral	Bimestral	40	48
Biológicas	Trimestral	Bimestral	60	72
Humanas	Quadrimestral	Trimestral	18	24

FONTE: SCIENTIFIC ELETRONIC LIBRARY ONLINE. **Critérios SciELO Brasil:** critérios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos científicos na coleção SciELO Brasil. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>> Acesso em: 9 fev. 2004.

ANEXO 2 - RESPOSTA DE E-MAIL DA EDITORA SÍNTESE

Mensagem não sinalizada. [[Sinalizar](#) - [Marcar como não lida](#)]

De: "Ana_Maria_Coutinho_Paixão" <ana@sintese.com> | [Isto é spam](#) |  [Adicionar endereço](#)
Para: paapires@yahoo.com.br
Assunto: Re: _Revista_da_Faculdade_de_Direito_da_UFPR_-_informações
Data: Fri, 13 Feb 2004 11:50:04 -0300

Prezada Sra. Adriana Leal

Referente às suas indagações, as tiragens das edições de n°s 31 a 35 foram de 500 exemplares. Quanto à revista ser enviada ao exterior, aqui pela Editora Síntese, nunca foi. Talvez a própria faculdade possa ter enviado em alguma circunstância.

Cordialmente

Ana Maria Paixão
Gerente de Produção
Editora Síntese
ana@sintese.com
+55 51 3323.6600

----- Original Message -----

From: [Adriana Leal](#)
To: webmaster@sintese.com
Sent: Wednesday, February 11, 2004 7:35 PM
Subject: Revista da Faculdade de Direito da UFPR - informações

Prezado(a) Senhor(a),

Devido ao desenvolvimento de um Trabalho de Conclusão de Curso (monografia) na faculdade, necessito de algumas informações referentes à publicação dos fascículos da Rev da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná pela Editora Síntese. (f 31, f 32, f 33, f.34, f 35, f.36) Gostaria de saber a tiragem referente a cada fascículo, já que na revista não consta tal informação. Também, se possível, saber se a revista é enviada para o exterior?

Estas informações são imprescindíveis para a análise e conclusão do trabalho que está sendo desenvolvido

Agradeço a atenção e aguardo resposta.
Adriana Leal - Gestão da Informação - UFPR

[Yahoo! GeoCities](#): 15MB de espaço grátis para criar seu web site!